



PLAN SAB

PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Mais Saúde com Qualidade de Vida e Cidadania

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Brasília, 28 de junho de 2013



Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI Plansab)

Ministério das
Cidades



- **Decreto n.º 6942**, de 18/08/2009, da Presidência da República – instituição e atribuições do GTI
- **Portarias n.º 634**, de 22/10/2010, **409**, de 01/02/2011, substituídas pela **819**, de 04/10/2012 da Casa Civil/PR - indicação de representantes

GOVERNO FEDERAL

- Ministério das Cidades – Coordenador
- Casa Civil da Presidência da República
- Ministério da Fazenda
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério da Saúde
- Caixa Econômica Federal
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Paraíba (CODEVASF)

CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES)

- Trabalhadores
- Poder Público Municipal
- Poder Público Estadual
- Organizações Não Governamentais
- Movimento Popular
- Entidades Profissionais, Acadêmica e de Pesquisa
- Empresários

Processo Participativo

Ministério das
Cidades



CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

28/05/2013 – Comissão Intersectorial de Saneamento e Meio Ambiente (Cisama)

Oficina do Plansab e do Programa de Saneamento Rural

05/06/2013 – 246ª Reunião Ordinária

APROVADO!



Apreciação nos Conselhos Nacionais

Ministério das
Cidades



CONSELHO NACIONAL CIDADES(CONCIDADES)

05/06/2013 – Comitê Técnico de Saneamento Ambiental (CTSA)

07/06/2013 – 37ª Reunião do CONCIDADES

APROVADO!



CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA)

22 e 23/05/2013 – 110ª Reunião Ordinária

Pedido de regime de urgência para a tramitação do Plansab.

19 e 20/06/2013 – Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos

APROVADO!

04 e 05/09/2013 – 111ª Reunião Ordinária



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH)

14 e 15/05/2013 – Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CRPNRH)

28/05/2013 – Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL)

APROVADO!

XXIX Reunião Ordinária – 28/06/2013: será apreciada a **MOÇÃO** que sobre a apreciação da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab.



Panorama do Saneamento Básico no Brasil

Ministério das
Cidades



Volume 1

Elementos conceituais
Léo Heller/UFGM (coord.)

Volume 2

Análise situacional do déficit em saneamento básico
Luiz Roberto Santos Moraes/UFBA (coord.)

Volume 3

Análise situacional dos programas e ações federais
Patrícia Cam-pos Borja/UFBA (coord.)

Volume 4

Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico
Ana Lúcia Britto/UFRJ (coord.)

Volume 5

Análise dos investimentos
Sonaly Cristina Rezende/UFGM (coord.)

Volume 6

Visão estratégica para o saneamento básico no Brasil
Léo Heller/UFGM (coord.)

Volume 7

Cadernos temáticos
Sonaly Cristina Rezende/UFGM (org.)



Cadernos Temáticos

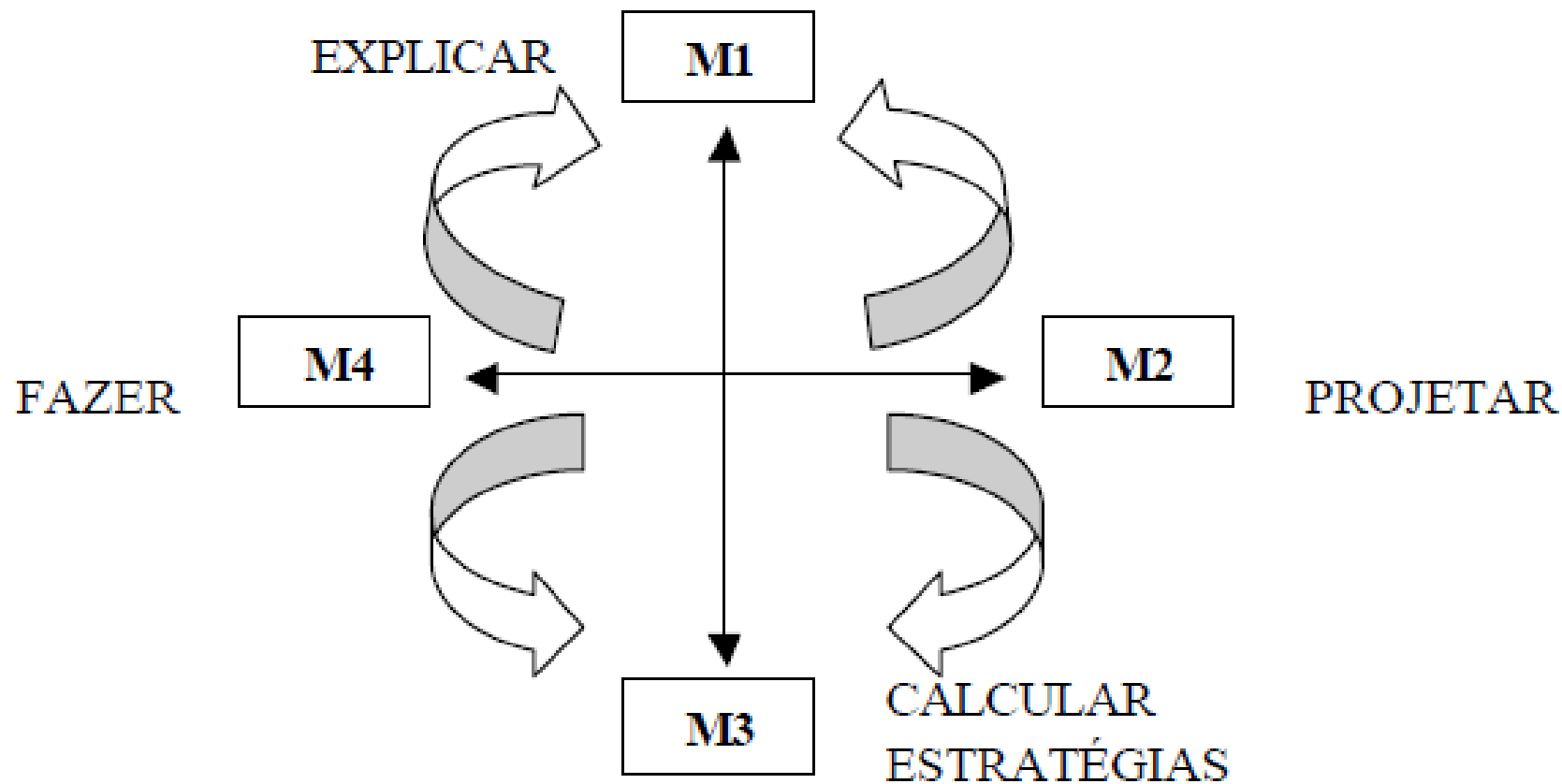
- 1) **Universalidade, integralidade e equidade** - Prof. Jairnilson Paim (UFBA)
- 2) **Territorialização** - Prof. Antônio Carlos Robert Moraes (USP)
- 3) **Intersetorialidade e transversalidade** - Profa. Rose Marie Inojosa (UMAPAZ)
- 4) **Aspectos econômicos** - João Batista Peixoto
- 5) **Saneamento rural, indígena e de comunidades tradicionais** - José Boaventura Teixeira (Cáritas Brasileira)
- 6) **Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)** - Marcos Helano Fernandes Montenegro
- 7) **Desenvolvimento tecnológico** - Prof. Cícero Onofre de Andrade Neto (UFRN)
- 8) **Questão metropolitana** - Rosa Moura (Ipardes-Paraná)
- 9) **Gestão democrática** - Prof. José Esteban Castro (University of Newcastle, Inglaterra)
- 10) **Desenvolvimento institucional** - Berenice Cordeiro (IPPUR-UFRJ)
- 11) **Capacitação profissional** – Ena Galvão
- 12) **Experiências internacionais e parceria público-público** – Prof. Dieter Wartchow (UFRGS)
- 13) **A política de saneamento e o papel do Estado brasileiro** – Profa. Celina Sousa (UFBA)



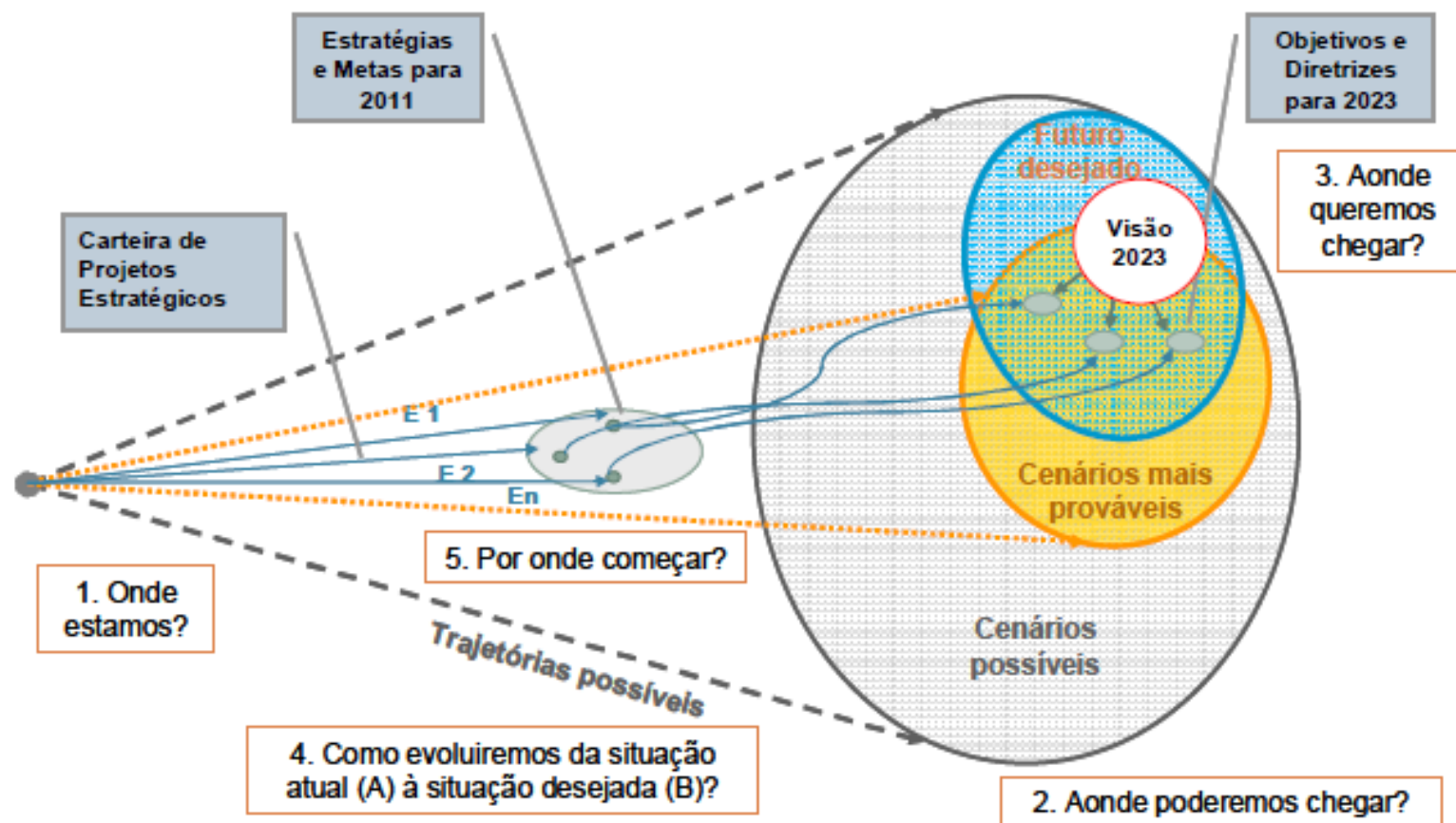
PLANEJAMENTO TRADICIONAL	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL (PES)
Determinista	Situacional – Circunstancial
Um único ator – O Estado que planeja	Vários atores em um jogo difuso
Predição – um único plano	Previsão em cenários – planos alternativos
Foco em setores	Foco em problemas
Um único recurso escasso – o econômico	Múltiplos recursos escassos
Abordagem técnica do plano	Concepção tecnopolítica do plano
Cálculo normativo	Cálculo estratégico
Certeza	Incerteza



Os quatro momentos do PES



O planejamento baseado em cenários



Fluxograma metodológico

Ministério das
Cidades



Oficina BH: seleção dos condicionantes e definição da matriz de impactos e incertezas



Oficina Recife: discussão dos condicionantes críticos e definição de hipóteses



Oficina especialistas BH: seleção de atores e geração dos cenários alternativos



Oficina Brasília: análise dos atores e da sustentação política dos cenários



Desenvolvimento dos cenários plausíveis e de referência



Consulta Delphi: metas



Definição de diretrizes, programas e ações



Plano de monitoramento



VERSÃO PRELIMINAR DO PLANSAB



Seminários Regionais (5) e Audiências Públicas (2)



Consulta Pública:
Disponível por 61 dias
649 contribuições

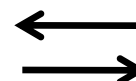


**CNRH, CNS,
CONAMA e
CONCIDADES**

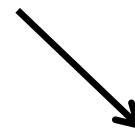


Presidência da República

Levantamento das macro-diretrizes



Seminários Regionais (5):
visões regionais e mapeamento dos problemas/desafios prioritários e de proposições

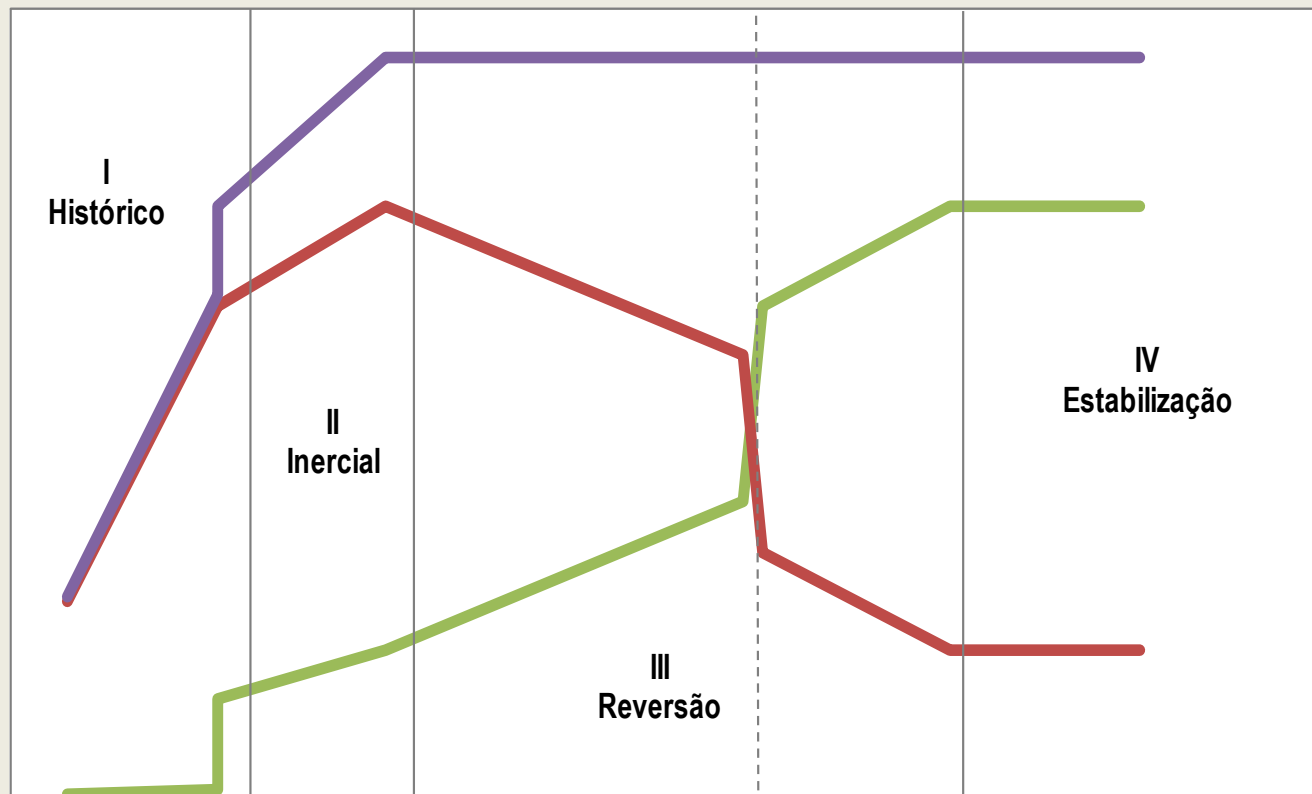


Análise situacional



Pop. que recebe

Investimento (R\$ ou %PIB) / algum componente ou total de investimentos / investimentos federais ou investimentos totais



- Medidas estruturantes
- Medidas estruturais
- Total

↑
UNIVERSALIZAÇÃO

Tempo

serviço
coletivo

Pop. sem
solução sanitária
(Sem
atendimento)



PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

- PLANSAB -

Ministério das
Cidades



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 2 - BASES LEGAIS E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	10
CAPÍTULO 3 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	14
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE SITUACIONAL	19
4.1 Déficit em saneamento básico	19
4.2 Investimentos em saneamento básico	42
4.3 Programas e ações do governo federal	70
4.4 Avaliação político-institucional	79
CAPÍTULO 5 - CENÁRIOS PARA A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS EM 2030	103
5.1 Cenário 1	105
5.2 Cenário 2	109
5.3 Cenário 3	111
CAPÍTULO 6 - METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS	114
CAPÍTULO 7 - NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS	124
CAPÍTULO 8 - MACRODIRETRIZES E ESTRATÉGIAS	139
8.1 Macrodiretrizes	139
8.2 Estratégias	141
CAPÍTULO 9 - PROGRAMAS	148
9.1 Programa 1: Saneamento básico integrado	153
9.2 Programa 2: Saneamento rural	155
9.3 Programa 3: Saneamento estruturante	156
9.4 Critérios de seleção e hierarquização das demandas aos Programas	158
CAPÍTULO 10 - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA E REVISÃO DO PLANO	164



Cenários para a política de saneamento básico

Com base na expectativa de ocorrência das hipóteses dos 11 cenários possíveis (iniciais) foram definidos os cenários alternativos (6), ou seja, aqueles considerados de maior probabilidade pelos participantes da primeira oficina, e na segunda oficina foram definidos os cenários adotados pelo Plansab (3).

CONDICIONANTES	HIPÓTESE 1	HIPÓTESE 2	HIPÓTESE 3
POLÍTICA MACROECONÔMICA	Elevado crescimento em relação à dívida/PIB	Política macroeconômica orientada para o controle da inflação	---
PAPEL DO ESTADO (Modelo de Desenvolvimento) / MARCO REGULATÓRIO / RELAÇÃO INTERFEDERATIVA	Estado provedor e condutor dos serviços públicos com forte cooperação entre os entes federativos	Redução do papel do Estado com privatização de funções essenciais e fraca cooperação entre os entes federativos	Estado mínimo com mudanças nas regras regulatórias e conflitos na relação interfederativa
GESTÃO, GERENCIAMENTO, ESTABILIDADE E CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS / PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	Avanços na capacidade de gestão com continuidade entre mandatos	Políticas de estado contínuas e estáveis	Prevalência de políticas de governo
INVESTIMENTOS NO SETOR	Crescimento do patamar dos investimentos públicos submetidos ao controle social	Atual patamar de investimentos públicos distribuídos parcialmente com critérios de planejamento	Diminuição do atual patamar de investimentos públicos aplicados sem critérios
MATRIZ TECNOLÓGICA / DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis	Adoção de tecnologias sustentáveis de forma dispersa	Soluções não compatíveis com as demandas e com as tendências internacionais
	1	2	3

Caracterização do atendimento e do déficit

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO	DÉFICIT	
		Atendimento precário	Sem atendimento
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Fornecimento de água <u>potável</u> por rede de distribuição ou por poço, nascente ou cisterna, com canalização interna , em qualquer caso sem intermitências (paralisações ou interrupções).	<ul style="list-style-type: none">- Dentre o conjunto com fornecimento de água por rede e poço ou nascente, a parcela de domicílios que: não possui canalização interna; recebe água fora dos padrões de potabilidade; tem intermitência prolongada ou racionamentos.- Uso de cisterna para água de chuva, que forneça água sem segurança sanitária e, ou, em quantidade insuficiente para a proteção à saúde.- Uso de reservatório abastecido por carro pipa.	Todas as situações não enquadradas nas definições de atendimento e que se constituem em práticas consideradas inadequadas
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	<ul style="list-style-type: none">- Coleta de esgotos, seguida de tratamento;- Uso de fossa séptica.	<ul style="list-style-type: none">- Coleta de esgotos, não seguida de tratamento;- Uso de fossa rudimentar.	
MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	<ul style="list-style-type: none">- Coleta direta, na área urbana, com frequência diária ou em dias alternados e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;- Coleta direta ou indireta, na área rural, e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.	<p>Dentre o conjunto com coleta, a parcela de domicílios que encontram em pelo menos uma das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none">- na área urbana com coleta indireta;- na área urbana com coleta direta, cuja frequência não seja pelo menos em dias alternados;- possui coleta direta ou indireta, cuja destinação final dos resíduos seja ambientalmente inadequada.	

Atendimento e déficit por componente do saneamento básico no Brasil, 2010

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO		DÉFICIT			
			Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%
Abastecimento de água	112.497	59,4	64.160	33,9	12.810	6,8
Esgotamento sanitário	75.369	39,7	96.241	50,7	18.180	9,6
Manejo de resíduos sólidos	111.220	58,6	51.690	27,2	26.880	14,2



Metas para abastecimento de água (%)

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
A1. % de domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	2010	90	71	79	96	98	94
	2018	93	79	85	98	99	96
	2023	95	84	89	99	99	98
	2033	99	94	97	100	100	100
A2. % de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	2010	95	82	91	97	98	96
	2018	99	96	98	99	100	99
	2023	100	100	100	100	100	100
	2033	100	100	100	100	100	100
A3. % de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	2010	61	38	42	85	94	79
	2018	67	43	53	91	96	88
	2023	71	46	60	95	98	93
	2033	80	52	74	100	100	100



Metas para abastecimento de água (%)

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
A4. % de análises de coliformes totais na água distribuída em desacordo com o padrão de potabilidade (Portaria nº 2.914/11)	2018	Redução dos valores de 2010 em desconformidade com a Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, em 15%, 25% e 60% nos anos 2018, 2023 e 2033, respectivamente.					
	2023						
	2033						
A5. % de economias ativas atingidas por paralisações e interrupções sistemáticas no abastecimento de água	2010	31	100	85	23	9	8
	2018	29	86	73	20	8	8
	2023	27	77	65	18	8	7
	2033	25	60	50	14	7	6
A6. % do índice de perdas na distribuição de água	2010	39	51	51	34	35	34
	2018	36	45	44	33	33	32
	2023	34	41	41	32	32	31
	2033	31	33	33	29	29	29
A7. % de serviços de abastecimento de água que cobram tarifa	2008	94	85	90	95	99	96
	2018	96	92	95	99	100	99
	2023	98	95	97	100	100	100
	2033	100	100	100	100	100	100

Metas para esgotamento sanitário (%)

Ministério das
Cidades

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
E1. % de domicílios urbanos e rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	2010	67	33	45	87	72	52
	2018	76	52	59	90	81	63
	2023	81	63	68	92	87	70
	2033	92	87	85	96	99	84
E2. % de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	2010	75	41	57	91	78	56
	2018	82	56	66	94	84	69
	2023	85	68	73	95	88	77
	2033	93	89	86	98	96	92
E3. % de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	2010	17	8	11	27	31	13
	2018	35	24	28	49	46	40
	2023	46	34	39	64	55	53
	2033	69	55	61	93	75	74



Metas para esgotamento sanitário (%)

Ministério das
Cidades

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
E4. % de tratamento de esgoto coletado	2008	53	62	66	46	59	90
	2018	69	75	77	63	73	92
	2023	77	81	82	72	80	93
	2033	93	94	93	90	94	96
E5. % de domicílios urbanos e rurais com renda até três salários mínimos mensais que possuem unidades hidrossanitárias	2010	89	70	81	98	97	97
	2018	93	82	89	99	98	98
	2023	96	89	93	99	99	99
	2033	100	100	100	100	100	100
E6. % de serviços de esgotamento sanitário de que cobram tarifa	2008	49	48	31	53	51	86
	2018	65	62	51	70	69	90
	2023	73	70	61	78	77	92
	2033	90	84	81	95	95	96



Metas para resíduos sólidos (%)

Ministério das
Cidades

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
R1. % de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos ⁽¹⁾	2010	90	84	80	93	96	92
	2018	94	90	88	99	99	95
	2023	97	94	93	100	100	97
	2033	100	100	100	100	100	100
R2. % de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	2010	27	14	19	41	46	19
	2018	42	28	33	58	62	37
	2023	51	37	42	69	71	49
	2033	70	55	60	92	91	72
R3. % de municípios com presença de lixão/vazadouro de resíduos sólidos	2008	51	86	89	19	16	73
	2018	0	0	0	0	0	0
	2023	0	0	0	0	0	0
	2033	0	0	0	0	0	0
R4. % de municípios com coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares	2008	18	5	5	25	38	7
	2018	28	12	14	36	48	15
	2023	33	15	18	42	53	19
	2033	43	22	28	53	63	27
R5. % de municípios que cobram taxa de lixo	2008	11	9	5	15	15	12
	2018	39	30	26	49	49	34
	2023	52	40	36	66	66	45
	2033	80	61	56	100	100	67

Meta para drenagem (%)

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
D1. % de municípios com inundações e/ou alagamentos ocorridos na área urbana, nos últimos cinco anos ⁽¹⁾	2008	41	33	36	51	43	26
	2018	--	--	--	--	--	--
	2023	--	--	--	--	--	--
	2033	11	6	5	15	17	5

⁽¹⁾ O indicador D1 adotado é o único em que se dispõe de série histórica capaz de orientar a projeção de metas. Na avaliação, monitoramento e revisões do Plano, deverão ser progressivamente incorporados elementos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.



Metas para gestão dos serviços (%)

INDICADOR	ANO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO
G1. % de municípios com estrutura única para tratar da política de saneamento básico	2011	30	42	19	31	37	46
	2018	43	48	32	46	50	51
	2023	52	52	41	58	60	54
	2033	70	60	60	80	80	60
G2. % de municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico (abrange os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas)	2011	5	4	2	6	8	4
	2018	32	28	27	36	37	28
	2023	51	45	44	57	58	45
	2033	90	80	80	100	100	80
G3. % de municípios com serviços públicos de saneamento básico fiscalizados e regulados	2018	30	20	20	40	40	20
	2023	50	40	40	60	60	50
	2033	70	60	60	80	80	60
G4. % de municípios com instância de controle social das ações e serviços de saneamento básico (órgãos colegiados)	2011	11	8	9	11	11	15
	2018	36	31	32	40	39	36
	2023	54	47	48	60	59	50
	2033	90	80	80	100	100	80

Metas por região hidrográfica (%)

Ministério das
Cidades

Região Hidrográfica	A1				E1				R1			
	2010	2018	2023	2033	2010	2018	2023	2033	2010	2018	2023	2033
AMAZÔNICA	74	82	86	96	34	53	64	87	86	91	95	100
TOCANTINS-ARAGUAIA	83	87	91	97	36	52	62	81	88	92	95	100
ATLANTICO NE OCIDENTAL	63	74	80	94	27	48	61	88	67	80	89	100
PARNAÍBA	74	82	88	98	30	51	65	92	78	86	93	100
ATLANTICO NE ORIENTAL	81	87	90	96	45	59	66	82	85	91	95	100
SÃO FRANCISCO	87	91	93	98	61	70	76	87	86	92	95	100
ATLANTICO LESTE	84	89	93	99	53	64	71	85	85	91	95	100
ATLANTICO SUDESTE	96	99	100	100	81	85	88	94	90	98	100	100
PARANÁ	96	98	99	100	74	81	86	95	93	97	98	100
ATLANTICO SUL	97	98	98	100	63	73	79	91	96	99	100	100
URUGUAI	98	99	99	100	76	84	89	98	96	99	100	100
PARAGUAI	93	95	97	100	37	51	60	79	95	97	98	100



Necessidades de investimentos (data-base: dez/2012)

Ministério das
Cidades

ÁGUA:

- 2014 a 2018: R\$ 34.938 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 73.457 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 122.149 milhões

DRENAGEM URBANA:

- 2014 a 2018: R\$ 21.400 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 42.203 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 68.705 milhões

ESGOTOS:

- 2014 a 2018: R\$ 52.528 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 94.736 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 181.893 milhões

GESTÃO:

- 2014 a 2018: R\$ 10.963 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 42.116 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 112.345 milhões

RESÍDUOS SÓLIDOS:

- 2014 a 2018: R\$ 16.602 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 18.865 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 22.261 milhões

TOTAL:

- 2014 a 2018: R\$ 136.431 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 271.378 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 508.453 milhões

Necessidades de investimentos (data-base: dez/2012)

Ministério das
Cidades

ESTRUTURAL:

- 2014 a 2018: R\$ 92.578 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 166.087 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 283.763 milhões

AGENTES FEDERAIS (*):

- 2014 a 2018: R\$ 88.434 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 167.046 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 299.899 milhões

ESTRUTURANTE:

- 2014 a 2018: R\$ 43.853 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 105.290 milhões

OUTROS AGENTES:

- 2014 a 2018: R\$ 47.997 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 104.332 milhões
- 2014 a 2033: R\$ 208.554 milhões

(*) Os valores dos PAC 1 e PAC 2, contratados ou em contratação, não foram deduzidos dos valores previstos, já que a estimativa de investimentos tem como ponto de partida o momento anterior à incidência de impactos desses programas sobre os indicadores projetados.

TOTAL:

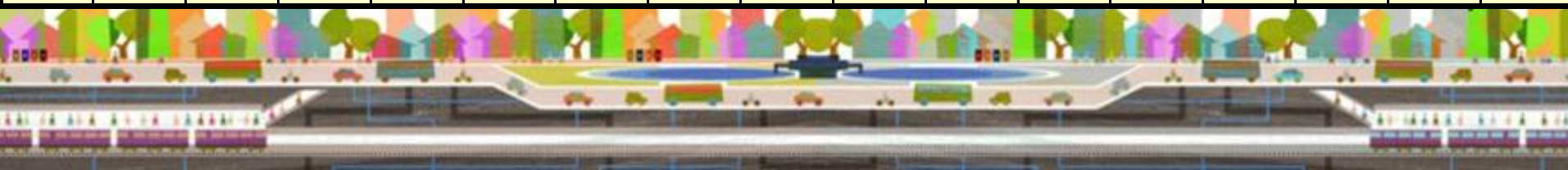
- 2014 a 2018: R\$ 136.431 milhões
- 2014 a 2023: R\$ 271.378 milhões

2014 a 2033: R\$ 508.153 milhões

Necessidades de investimentos (data-base: dez/2018)

Ministério das
Cidades

AÇÃO / ORIGEM		ESTRUTURAL					ESTRUTURANTE					TOTAL				
		Total	Agentes federais		Outros agentes		Total	Agentes federais		Outros agentes		Total	Agentes federais		Outros agentes	
			R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%
2018	Água	25.493	20.394	80	5.099	20	9.445	2.834	30	6.612	70	34.938	23.228	66	11.710	34
	Esgotos	46.029	39.124	85	6.904	15	6.500	1.950	30	4.550	70	52.528	41.074	78	11.454	22
	R.S.U	12.982	10.386	80	2.596	20	3.620	0	0	3.620	100	16.602	10.386	63	6.216	37
	Drenagem	8.074	6.460	80	1.615	20	13.326	3.998	30	9.328	70	21.400	10.457	49	10.943	51
	Gestão m	0	0	0	0	0	10.963	3.289	30	7.674	70	10.963	3.289	30	7.674	70
	Total	92.578	76.364	82	16.214	18	43.853	12.070	28	31.783	72	136.431	88.434	65	47.997	35
2023	Água	54.567	43.653	80	10.913	20	18.890	5.667	30	13.223	70	73.457	49.321	67	24.137	33
	Esgotos	81.737	69.476	85	12.261	15	12.999	3.900	30	9.099	70	94.736	73.376	77	21.360	23
	R.S.U	13.873	11.098	80	2.775	20	4.992	0	0	4.992	100	18.865	11.098	59	7.767	41
	Drenagem	15.910	12.728	80	3.182	20	26.293	7.888	30	18.405	70	42.203	20.616	49	21.587	51
	Gestão m	0	0	0	0	0	42.116	12.635	30	29.481	70	42.116	12.635	30	29.481	70
	Total	166.087	136.957	82	29.131	18	105.290	30.089	29	75.201	71	271.378	167.046	62	104.332	38
2033	Água	84.386	67.509	80	16.877	20	37.763	11.329	30	26.434	70	122.149	78.838	65	43.311	35
	Esgotos	156.667	133.167	85	23.500	15	25.227	7.568	30	17.659	70	181.893	140.735	77	41.159	23
	R.S.U	15.523	12.418	80	3.105	20	7.838	0	0	7.838	100	23.361	12.418	53	10.942	47
	Drenagem	27.188	21.750	80	5.438	20	41.517	12.455	30	29.062	70	68.705	34.205	50	34.500	50
	Gestão m	0	0	0	0	0	112.345	33.703	30	78.641	70	112.345	33.703	30	78.641	70
	Total	283.763	234.844	83	48.919	17	224.690	65.056	29	159.634	71	508.453	299.899	59	208.554	41



Macrodiretrizes e Estratégias

- A. Relativas às ações de coordenação e planejamento no setor e às articulações intersetoriais e interinstitucionais para efetiva implementação da Política Nacional de Saneamento Básico;
- B. Relativas à prestação, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, de forma participativa e integrada, com vistas à sua universalização;
- C. Relativas ao desenvolvimento tecnológico e ações de saneamento básico em áreas especiais;
- D. Relativas ao investimento público e cobrança dos serviços de saneamento básico;
- E. Relativas ao monitoramento e avaliação sistemática do Plansab.



- A. Relativas às ações de coordenação e planejamento no setor e às articulações intersetoriais e interinstitucionais para efetiva implementação da Política Nacional de Saneamento Básico.

Macrodiretrizes

- ✓ Adotar estratégias que assegurem a intersectorialidade das ações de saneamento básico com as políticas de saúde, de desenvolvimento urbano e regional, habitação, proteção ambiental e **recursos hídricos**, entre outras.



A. Relativas às ações de coordenação e planejamento no setor e às articulações intersetoriais e interinstitucionais para efetiva implementação da Política Nacional de Saneamento Básico.

8. Articular ações e programas nacionais de saneamento básico com programas e ações de (...) **recursos hídricos**, preservação e educação ambiental, gestão de riscos em situações de emergência e promoção e inclusão social;

10. Adotar ações políticas concertadas entre **gestão dos recursos hídricos** e dos serviços de saneamento básico, com vistas à otimização dos usos múltiplos e integrados da água, à efetiva implementação do enquadramento dos corpos de água e à **outorga de uso de recursos hídricos**;

11. Constituir a Sala de Coordenação e Acompanhamento da Política de Saneamento Básico, (...), composta pelos órgãos federais que atuam no setor, para execução e monitoramento da Política Nacional de Saneamento Básico, (...) e a integração com as (...) de **recursos hídricos**, dentre outras.



B. Relativas à prestação, gestão, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, de forma participativa e integrada, com vistas à sua universalização.

64. Articular e mobilizar o setor de saneamento básico para integrar os conselhos de saúde, meio ambiente e **recursos hídricos**.

C. Relativas ao desenvolvimento tecnológico e ações de saneamento básico em áreas especiais.

92. Identificar especificidades e estabelecer procedimentos específicos para ações de saneamento básico em **bacias hidrográficas críticas**, conforme indicadas no **Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos**, publicado pela ANA em atendimento a resolução do CNRH.



E. Relativas ao monitoramento e avaliação sistemática do Plansab.

132. Implantar, em caráter prioritário, o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), conforme estabelece a Lei nº 11.445/2007 e o Decreto nº 7.217/2010, articulado ao SINIR, **SNIRH**, SINIMA e SNIC(...).

137. Avaliar os efeitos ambientais das iniciativas para tratamento de esgotos nas condições de qualidade de água dos corpos receptores, apoiando-se **no Relatório de Conjuntura dos Recursos hídricos**, publicado pela ANA em atendimento a **resolução do CNRH**.



Programas

Ministério das
Cidades



PROGRAMA	CONCEPÇÃO	PREVISÃO (Agentes Federais)	AÇÕES
Programa 1: Saneamento básico integrado	Investimento em ações estruturais abrangendo, preferencialmente, mais de um componente do saneamento básico	R\$ 212 bilhões (recursos onerosos e não-onerosos)	Possíveis ações em: <ul style="list-style-type: none">✓ Áreas metropolitanas; municípios de médio ou pequeno porte✓ Favelas e ocupações espontâneas; áreas de risco e sujeitas a inundações; áreas indutoras do desenvolvimento turístico; bacias hidrográficas críticas
Programa 2: Saneamento rural	Atendimento da população rural, povos indígenas e comunidades tradicionais, no conjunto das necessidades dos componentes do saneamento básico, integrados com o Programa Territórios da Cidadania e com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre outros	R\$ 24 bilhões (recursos não-onerosos)	Possíveis ações para: <ul style="list-style-type: none">✓ População rural✓ Povos indígenas✓ Quilombolas✓ Reservas extrativistas
Programa 3: Saneamento estruturante	Apoio à gestão dos serviços com vistas à sustentabilidade para o adequado atendimento populacional e com o olhar para o território municipal e para a integralidade das ações de saneamento básico	R\$ 62 bilhões (principalmente com recursos não-onerosos)	<ul style="list-style-type: none">✓ Ações estruturantes de apoio à gestão✓ Ações estruturantes de apoio à prestação de serviços✓ Ações estruturantes de capacitação e assistência técnica✓ Desenvolvimento científico e tecnológico

Critérios a serem considerados nas seleções dos programas

Alguns exemplos:

- ✓ previsão de **ações intersetoriais** coerentes;
- ✓ pedido que considere a compatibilidade do empreendimento com a **disponibilidade hídrica dos mananciais** e com a capacidade de suporte dos corpos receptores, em sintonia com o planejamento e a **gestão dos recursos hídricos**;
- ✓ existência de iniciativas concretas ou implementação efetiva de programa de **redução de perdas** no sistema de abastecimento de água;
- ✓ existência de legislação municipal referente a medidas não estruturais relacionadas à **retenção de águas pluviais** em lotes;



Cinco dimensões de monitoramento e avaliação:

1ª Cenário – **disponibilidade de recursos hídricos**;

2ª Metas – **regiões hidrográficas**;

3ª Indicadores auxiliares – **indicadores do SNIRH**;

4ª Macrodiretrizes e estratégias – **diversas relacionadas aos RH**;

5ª Programas – **critérios de seleção**.



Obrigado!

